

Justiça Federal

Digital

NOVO LAYOUT

► **Justiça Federal de Linhares tem novo endereço a partir de 2^a-feira (2/3)**

Maior, bem localizada e mais acessível, a nova sede será inaugurada com solenidade na terça-feira, 3/3, às 11 horas



297

► Uma sede maior e mais nova para a Justiça Federal linharensense



A Justiça Federal em Linhares abre as portas para o público em novo endereço na próxima segunda-feira, 2 de março. Entre os dias 23 e 27 de fevereiro, os prazos processuais foram suspensos para que a Vara Federal, que funcionava desde março de 2005 na Av. Nogueira da Gama, nº 992, Centro, seja transferida para o novo imóvel, na Av. Hans Schmoeger, nº 808, Bairro Nossa Senhora da Conceição.

A Subseção Judiciária de Linhares abrange os municípios de Aracruz, Ibirapu, João Neiva, Rio Bananal, Sooretama e Linhares. Nela tramitam cerca de 9,2 mil processos.

A Vara Federal de Linhares é mista. Nela são apreciadas desde ações penais a ações de juizado especial, cíveis e criminais, além de ações cíveis e de execuções fiscais.

Além de maior que o prédio anterior, a nova sede da subseção linharensense é mais acessível, com plataforma elevatória para acesso de deficientes físicos ao primeiro pavimento, piso e sinalização tátil para deficientes visuais, banheiros adaptados e calçada acessível. Os usuários também encontrarão um prédio novo, com acabamentos de qualidade, ambientes claros e amplos e facilidade de estacionamento.

Telefones continuam os mesmos

A mudança da Vara Federal de Linhares para novo prédio não alterará seu número de telefone: (27) 3048-0700.



Novo juiz

O juiz federal substituto Victor Yuri Ivanov dos Santos Farina, lotado na 1ª Vara Federal de São José dos Campos, 3ª Subseção Judiciária de São Paulo, vinculada ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, foi removido, a pedido, para a Justiça Federal de Primeiro Grau da 2ª Região, conforme ato disponibilizado no dia 20/2, no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região. Na mesma edição do Diário Eletrônico também foi disponibilizado ato do TRF

que lota, provisoriamente, Victor Yuri Ivanov dos Santos Farina na Vara Federal de Linhares/JFES. Na foto, o magistrado com a equipe da VF linharensense.

Solenidade

A inauguração solene das novas instalações da VF-Linhares será realizada na terça-feira, 3, às 11 horas, na presença do presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desembargador federal Sergio Schwaitzer, e do diretor do foro da Seção Judiciária do Espírito Santo, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, dentre outras autoridades.

Presidente do TRF2 e diretor do foro da JFES visitam, na terça, presidente do TJES

O presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), desembargador federal Sergio Schwaitzer; o diretor do foro da Seção Judiciária do Espírito Santo, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos; e o membro da Comissão para Implementação do Projeto Memória Institucional da 2ª Região, juiz federal Ronald Krüger Rodor, visitam, na próxima terça-feira, dia 3, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, desembargador Sérgio Bizzotto Pessoa de Mendonça.





A visita de cortesia tem por objetivo oficializar a transferência de processos do acervo pertencente à Justiça Federal que estavam sob a guarda da Justiça Estadual do Espírito Santo.

No dia 19 de dezembro de 2014, foi efetivada a primeira transferência de 622 processos, sendo o mais antigo datado de 1893, e do livro de Termo de Compromisso, ano 1924/1937.

Segundo a supervisora da Seção de Arquivo e Depósito Judicial (Seard/NAJ), Gilséa Martins Soares, que acompanhará a visita, “a transferência desse acervo foi autorizada pelo Dr. Getúlio Pereira Neves, juiz de Direito presidente da Comissão Permanente de Avaliação de documentos do TJES”.

Disponibilidade e interesse determinantes para sucesso da empreitada

O juiz federal Ronald Krüger Rodor, autor do livro “Memória Institucional da Seção Judiciária do Espírito Santo”, explicou, no ano passado, como os processos da SJES foram parar no Arquivo Geral do TJES: “Com a extinção da Justiça Federal de primeiro grau pela Constituição de 1937, regulamentada pelo Decreto-Lei nº 6/37, todos os feitos que tramitavam na Justiça

Federal foram remetidos para a Justiça do Estado do Espírito Santo. Nós não sabemos ao certo como isso se deu, mas logramos localizar vários desses processos no arquivo geral do TJES, local onde imaginamos que os mesmos seriam encontrados. Para nossa sorte, na mesma época em que iniciamos a pesquisa, o TJES estava fazendo um levantamento do seu arquivo para fins de gestão documental, o que possibilitou a mais fácil identificação dos feitos da extinta Justiça Federal. Do contrário, dificilmente conseguiríamos ter obtido sucesso nesse trabalho. Ainda assim, a disponibilidade e interesse da servidora Gilséa, supervisora da Seard, foram determinantes para o sucesso da empreitada”.

‘Documentos imprescindíveis’

Para o magistrado, o resgate desse acervo vem confirmar “várias das informações históricas referentes ao funcionamento da extinta Justiça Federal, que funcionou de 1891 a 1937. São documentos imprescindíveis que contam não só a história da instituição, como também do próprio Estado do Espírito Santo”.

Por fim, Ronald Krüger Rodor ressaltou que acredita que “muitos feitos ainda não foram localizados, posto que o próprio trabalho de gestão do arquivo do TJES não foi finalizado. Acreditamos que ao longo do ano que vem logremos êxito em encontrar mais processos”, finalizou.

▶ Assistência Judiciária Gratuita

Profissional AJG - Comprovante de Imposto de Renda 2014

A Justiça Federal do Espírito Santo informa, por meio de seu Núcleo de Apoio Judiciário, que o comprovante de pagamento do profissional que atuou na Assistência Judiciária Gratuita (AJG) no exercício de 2014 já foi enviado ao profissional, através do e-mail informado em seu cadastro.



► Citação e intimação de entidades públicas exclusivamente pela via eletrônica a partir de 9/3

Atenção: citação e intimação de entidades públicas exclusivamente pela via eletrônica a partir de 9 de março de 2015!



Tendo em vista a edição da Resolução TRF2-RSP-2014/00032, de 29/12/2014, publicada no Diário Eletrônico de 05.01.2014, que entra em vigor 60 dias após a sua publicação, as citações e intimações em processo eletrônico de todas as entidades públicas passarão a ser feitas exclusivamente de forma eletrônica, na Justiça Federal da 2ª Região (Rio de Janeiro e Espírito Santo), observadas as exceções previstas naquela Resolução.

Representantes das entidades no Espírito Santo devem se dirigir ao Núcleo de Apoio Judiciário (NAJ) da Justiça Federal para cadastro (Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1.877, Vitória – ES, térreo).

Mais informações no tel.: (27) 3183-5075.

Conheça a íntegra da Resolução no www.jfes.jus.br



▶ Inscrições para estágio nas varas federais em Vitória/ES

Estágio Jurídico na Justiça Federal

EDITAL COMPLETO EM www.trf2.gov.br/emarf

Vitória/ES
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1.877,
Monte Belo, Tel. (27) 3183-5187
de 2ª a 6ª, das 12h às 17h

Inscrições Abertas

Processo Seletivo Para Estudantes de Direito do 5º ao 9º Período

Inscrições Gratuitas

INSCRIÇÕES
De 23/02 a 20/03/2015, às 17 horas, mediante preenchimento de formulário padronizado de inscrição, no site www.jfes.jus.br (link estágios - área de atuação Emarf), e envio para o e-mail nucleoemarf.es@jfes.jus.br.

REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

- Estar cursando entre o 5º e 9º período de Direito de instituição de ensino credenciada no MEC

PROVA
25/03/2015, das 14h às 17h, no auditório da Justiça Federal do Espírito Santo.

CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO
20 (vinte) horas semanais (dentro do expediente judiciário)

REMUNERAÇÃO
R\$ 798,60 (setecentos e noventa e oito reais e sessenta centavos) mensais mais auxílio-transporte

Realização: 
Escola da Magistratura Regional Federal 2ª Região



▶ Processo seletivo estágio nos juizados e turmas recursais



• DIREITO

ESTAGIÁRIOS

PARA A JUSTIÇA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Inscrições de 05 a 20/03/2015
Preencha o formulário disponível no site www.jfes.jus.br/menu/estagios.jsp e envie pelo e-mail: estagio@jfes.jus.br.
O estagiário terá direito a bolsa-auxílio (R\$ 798,60) + auxílio-transporte (R\$ 107,80) = R\$ 906,40, por 4 horas diárias (segunda a sexta) de estágio.
Prova: 24/03/2015

Informações:
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877
Monte Belo, Vitória - Telefones: (27) 3183-5047/ 5135,
de 12 às 19 horas.
www.jfes.jus.br



Os dez mandamentos para economizar água

1. No banho: Molhe-se, feche o chuveiro, ensaboe-se e depois abra para enxaguar. Não fique com o chuveiro aberto. O consumo cairá de 180 para 48 litros.

2. Ao escovar os dentes: escove os dentes e enxágüe a boca com a água do copo. Assim você economiza 3 litros de água.

3. Na descarga: Verifique se a válvula não está com defeito, aperte-a uma única vez e não jogue lixo e restos de comida no vaso sanitário.

4. Na torneira: Uma torneira aberta gasta de 12 a 20 litros/minuto. Pingando, 46 litros/dia. Isto significa 1.380 litros por mês. Feche bem as torneiras.

5. Vazamentos: Um buraco de 2 milímetros no encanamento desperdiça cerca de 3 caixas d'água de mil litros.

6. Na caixa d'água: Não a deixe transbordar e mantenha-a tampada.

7. Na lavagem de louças: Lavar louças com a torneira aberta, o tempo todo, desperdiça até 105 litros. Ensaboe a louça com a torneira fechada e depois enxágüe tudo de uma vez. Na máquina de lavar são gastos 40 litros. Utilize-a somente quando estiver cheio.

8. Regar jardins e plantas: No inverno, a rega pode ser feita dia sim, dia não, pela manhã ou à noite. Use mangueira com esguicho-revólver ou regador.

9. Lavar carro: Com uma mangueira gasta 600 litros de água. Só lave o carro uma vez por mês, com balde de 10 litros, para ensaboar e enxaguar. Para isso, use a água da sobra da máquina lavar roupa.

10. Na limpeza de quintal e calçada USE VASSOURA - Se precisar utilize a água que sai do enxágüe da máquina de lavar.

Fonte: Universidade da Água (www.seloazul.org)



▶ TRF2: União não pode recolher imposto de renda sobre indenização por danos morais*

Não incide imposto de renda sobre indenização por danos morais. Com este entendimento, a Quarta Turma Especializada do TRF2, por unanimidade, determinou à União que restitua R\$ 14,8 mil indevidamente descontados de uma cidadã, que havia recebido valores a título de indenização por danos morais em ação judicial que tramitou na Terceira Vara do Trabalho de São Gonçalo/RJ.

A decisão do Tribunal se deu em resposta à apelação apresentada pela Fazenda Nacional contra sentença da Segunda Vara de São Gonçalo, que já havia determinado a referida devolução. O relator do caso é o juiz federal convocado Luiz Norton Baptista de Mattos.

A União argumentou, nos autos, que “os valores recebidos a título de dano moral não recompõem a ordem econômica, de modo que representariam acréscimo patrimonial a ensejar a incidência do imposto de renda”.

No entanto, para o juiz federal convocado Luiz Norton, a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de ratificar que “a indenização por dano estritamente moral não é fato gerador do imposto de renda, pois limita-se a recompor o patrimônio imaterial da vítima, injustamente atingido ou lesado pelo ato ilícito praticado”, explicou.

Solução contrária, inclusive, - continuou - “atentaria contra o princípio da reparação integral e plena do dano moral, previsto no artigo 5º, inciso V, da Constituição Federal, pois a tributação da indenização pelo dano moral reduziria a eficácia do princípio em questão”, concluiu.

Proc. 0005728-58.2007.4.02.5117- *ACOI/TRF2



NOTÍCIAS DO CNJ

L'osservatore Romano



► Presidente do CNJ e Papa Francisco discutem o Judiciário na promoção da paz social*

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, foi recebido nesta quarta-feira (18/2) por Sua Santidade, o Papa Francisco, em audiência privada. Durante o encontro, ocorrido na Santa Sé, Lewandowski e o Papa Francisco trocaram impressões sobre o papel do Poder Judiciário na promoção da justiça e da paz social e na garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana.

A atual conjuntura do Brasil e da região também foi tema de debates entre o ministro e o Santo Padre, especificamente no que diz respeito à necessidade de garantir a melhoria progressiva das condições de vida nos países da América Latina, sobretudo para os grupos sociais mais frágeis e desassistidos. O Papa destacou ainda a necessidade de conciliar o desenvolvimento social e a proteção ao meio ambiente.

Radicalismos – Após a audiência com o Papa Francisco, o ministro Ricardo Lewandowski foi recebido pelo secretário de Estado do Vaticano, cardeal Pietro Parolin, no Palácio Apostólico. A garantia do pluralismo em tempos de radicalização social, política e religiosa – uma das preocupações da comunidade internacional na atualidade – foi um dos temas abordados durante a conversa.

O cardeal Parolin destacou o papel do Poder Judiciário brasileiro na preservação da harmonia e da estabilidade social no país. Lewandowski reforçou o compromisso do STF com a garantia aos direitos fundamentais da pessoa humana e o Estado Democrático de Direito e afirmou que o Brasil pode ser considerado um exemplo de convivência pacífica e harmônica entre as diversas religiões.

A visita de Lewandowski ao Vaticano faz parte de uma série de compromissos oficiais que o ministro cumpre na Itália e na Inglaterra desde o último dia 12. Na terça-feira (17/2), Ricardo Lewandowski se encontrou com o vice-presidente do Conselho Superior da Magistratura, Giovanni Legnini, quando discutiu a possível celebração de um protocolo voltado para a cooperação institucional entre os dois órgãos, por meio da troca de experiências, jurisprudência e boas práticas.

Durante o encontro, Lewandowski relatou a Legnini o processo de criação do CNJ, o desenvolvimento e os atuais desafios enfrentados pela magistratura brasileira. Disse ainda que a atual gestão tem como prioridade o estabelecimento de um planejamento estratégico para o Judiciário nacional. Ao ressaltar as semelhanças culturais, sociais e jurídicas entre o Brasil e a Itália, Legnini expôs ao ministro o modo de atuação do Conselho Superior da Magistratura, órgão italiano equivalente ao CNJ.

Lewandowski e Legnini discutiram ainda o relevante papel de seus órgãos para a redução do tempo de tramitação dos processos e para a busca de meios alternativos de solução de conflitos, como a mediação e arbitragem. Nesta quinta-feira (19/2), o presidente do CNJ visitará a Corte Constitucional Italiana, onde participará da conferência "O papel da Corte Constitucional no Direito Italiano", proferida pelo juiz Giorgio Lattanzi, vice-presidente da Corte.

Inglaterra – Em Londres, os compromissos de Lewandowski estarão relacionados ao Global Law Summit, evento marcado para celebrar os 800 anos da Magna Carta de 1215, considerada um marco no surgimento do Direito Constitucional. Lewandowski participará da abertura do Global Law Summit e será palestrante em um dos painéis temáticos. O evento contará com a presença de autoridades, advogados e empresários.

O presidente do CNJ e do STF será ainda recepcionado no Palácio de Buckingham, na próxima segunda-feira (23/2), em compromisso oficial onde está prevista a presença da Rainha Elizabeth.

*Agência CNJ de Notícias

▶ CNJ e OAB avaliam versão-teste do Escritório Digital do Processo Judicial Eletrônico*

Divulgação/CNJ



Representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) avaliarão, na quinta-feira (26/2), o atual estágio do projeto Escritório Digital do Processo Eletrônico. A equipe técnica do CNJ apresentará ao grupo de advogados que acompanha o projeto uma primeira versão-teste do sistema.

A ideia é proporcionar aos chamados usuários externos da Justiça uma mesma forma de acesso ao Judiciário. Ao acessar o Escritório Digital, advogados, defensores e promotores públicos

poderão localizar qualquer ação judicial de seu interesse, assim como apresentar petições e recorrer de decisões.

Em desenvolvimento desde dezembro, quando CNJ e OAB firmaram parceria para criar o sistema, o Escritório Digital deverá ter sua versão-teste disponibilizada em março. Na reunião desta quinta-feira (26/2), que será realizada na sede do CNJ, em Brasília/DF, serão definidos os próximos passos da iniciativa.

*Agência CNJ de Notícias

▶ Nova versão do Bacenjud será lançada em abril*

Novas funcionalidades do sistema Bacenjud, que interliga o Poder Judiciário ao Banco Central e às instituições financeiras, deverão agilizar o trabalho de juízes a partir de abril. O lançamento da nova versão foi definido em reunião do Comitê Gestor do sistema, realizada na quarta-feira (25/2), em Brasília. Após a aprovação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que começa a testar a nova versão a partir da próxima semana, uma nova funcionalidade permitirá ao magistrado delegar a servidores a atribuição de, em cumprimento à sua determinação, comandar ordens judiciais no sistema.



Gláucio Dettmar/Agência CNJ

Livres do trabalho operacional, os magistrados terão mais tempo para analisar outros processos. “A nova funcionalidade vai desonerar os magistrados dos procedimentos operacionais necessários para fazer cumprir suas determinações no Bacenjud. É uma demanda antiga dos juízes, que se queixam do tempo que gastam operando o sistema”, afirmou o conselheiro Rubens Curado, lembrando que essa mesma funcionalidade já existe nos sistemas Renajud (Restrições Judiciais sobre Veículos Automotores) e Infojud (Sistema de Informações do Judiciário).

Uma outra novidade da nova versão é o uso do certificado digital, o que tornará ainda mais seguras as operações realizadas no sistema. Durante um determinado período, contudo, ainda será possível acessar o sistema mediante usuário e senha.

Bloqueio – O comitê gestor também aprovou o desenvolvimento de outra funcionalidade, prevista para o final de 2015, por meio da qual será possível determinar o bloqueio de valores de um conglomerado empresarial sem precisar informar o CNPJ da matriz e o de cada uma das filiais. Ao informar apenas os oito primeiros números do CNPJ da empresa titular da conta bancária a ser bloqueada, os valores existentes em todas as contas em nome das unidades do grupo econômico poderão ser bloqueadas, tornando o sistema ainda mais efetivo.

Em 2014, tramitaram pelo Bacenjud 4,3 milhões de ordens de bloqueio de valores. O montante bloqueado em cumprimento às decisões judiciais foi de R\$ 24,4 bilhões. O valor deve crescer com a inclusão das cooperativas de crédito como destinatárias do Bacenjud, o que também está previsto para ocorrer até o fim de 2015.

Além do conselheiro do CNJ Rubens Curado, também participaram da reunião do Comitê Gestor do Bacenjud de quarta-feira (25/2) o juiz auxiliar da Presidência do Conselho Bráulio Gusmão, a representante da Justiça do Trabalho, desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann e representantes do Banco Central e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

*Manuel Carlos Montenegro/ Agência CNJ de Notícias

▶ Tribunais debaterão soluções para implantar política de priorização do 1º grau*

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) reunirá em Brasília, na primeira quinzena de maio, representantes de tribunais e das entidades de classe que representam magistrados e servidores do Judiciário para discutir medidas concretas para a efetiva implantação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição na Justiça brasileira. Instituída pela Resolução CNJ n. 194, de maio de 2014, a Política busca melhorar o serviço prestado pela primeira instância. A porta de entrada da Justiça, como o primeiro grau é conhecido, hoje enfrenta dificuldades de funcionamento devido ao excesso de ações para julgar e ao déficit de estrutura e de pessoal.

Durante a 1ª Reunião da Rede de Priorização do Primeiro Grau serão compartilhadas experiências práticas de adoção da Política nas esferas nacional e local. Haverá também oportunidade para propor soluções concretas que aperfeiçoem os planos de ação dos tribunais, que priorizam as unidades judiciárias de primeira instância, responsáveis por lidar atualmente com nove em cada dez processos na Justiça. A programação provisória do evento inclui ainda espaço para discussão da minuta de plano nacional de implementação da Política, que será sugerida pelo CNJ.

A proposta do Comitê Gestor da Rede de Priorização do Primeiro Grau, que se reuniu nesta semana na sede do CNJ, é de que o evento seja realizado em conjunto com a 1ª Reunião Preparatória para o IX Encontro Nacional do Poder Judiciário, também prevista para maio. Serão convidados os presidentes de 90 tribunais, membros da Rede de Priorização do Primeiro Grau e da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, além das associações que representam a magistratura e entidades que respondem pela categoria dos servidores da Justiça.

Sobrecarga – Uma das justificativas para uma política voltada para a primeira instância da Justiça é a alta concentração das ações judiciais – 90% dos 95 milhões de processos judiciais tramitaram nas varas e demais unidades judiciárias de primeiro grau em 2013. A demanda excessiva da primeira instância e a escassa força de trabalho e orçamento disponíveis são apontados como responsáveis pela quantidade de processos que o Judiciário não consegue julgar ao longo do ano, chamada de taxa de congestionamento.

Divulgação/CNJ

Em 2012, a taxa foi de 75,6%, ou seja, os juízes e servidores que trabalham na primeira instância só conseguiram solucionar um em cada quatro processos judiciais. No ano seguinte (2013), a taxa de congestionamento na primeira instância subiu para 77%. Tanto em 2012 como 2013, os índices são quase 30 pontos percentuais superiores à taxa verificada no segundo grau – 46,3% e 47,2%, respectivamente.

*Manuel Carlos Montenegro/ Agência CNJ de Notícias



Informativo produzido pelo:

Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS)
Justiça Federal do Espírito Santo

Contatos:

Telefone: (27) 3183-5109

E-mail: ncs@jfes.jus.br

Site: www.jfes.jus.br

Projeto Gráfico

Subsecretaria de Produção Visual - SPRO

Impressão

CPGRAF

